

# Fugas, “corso” e bexigas. Escassez de mão-de-obra indígena na Amazônia seiscentista

Rafael Chambouleyron  
Faculdade de História  
Universidade Federal do Pará

**Resumo:** Esta comunicação discute três razões que permitem explicar a escassez de trabalhadores indígenas na Amazônia do século XVII: as fugas de índios, os ataques dos chamados “índios do corso” e as epidemias de bexigas. Trata-se de entender como desses fatores derivaram alternativas por parte dos moradores, autoridades e da Coroa para procurar suprir a falta de trabalhadores indígenas – livres e escravos – principal mão-de-obra na região ao longo do período colonial. De fato, a escassez da força de trabalho indígena, causada pelas fugas, pelas guerras e, de forma mais impactante, pelas epidemias de bexigas, ensejou a definição de diversas alternativas por parte dos moradores, que deles dependiam para o trabalho de suas roças e engenhos. As reclamações dos portugueses se fizeram sentir na Corte, graças aos canais de comunicação que faziam chegar as queixas aos ouvidos do rei. As diversas medidas adotadas pela Coroa, ao autorizar os resgates e escravização de índios e ao permitir-lhes o descimento privado de índios livres foram, sem dúvida, respostas a esse estado de coisas. O recurso ao tráfico negreiro – que tanto sucesso havia tido no Estado do Brasil – também se tornou uma alternativa, principalmente no final do século XVII. Por outro lado, os moradores portugueses recorreram com frequência aos cativeiros ilegítimos, feitos à revelia das inúmeras determinações da Coroa sobre as formas e modos de escravização dos índios. A experiência da conquista e colonização da Amazônia havia mostrado aos portugueses os caminhos e os sertões que deviam percorrer para garantir os trabalhadores necessários para seus interesses.

**Palavras-chave:** Amazônia; século XVII; mão-de-obra indígena.

**Objeto, objetivos, enfoque teórico e sustentação empírica:**

A pesquisa insere-se numa reflexão mais ampla sobre as formas de intervenção da Coroa no Estado do Maranhão e Pará, no século XVII, e suas implicações para entender a experiência colonial na região amazônica. Se nesse território, marcado pela condição de fronteira, a ingerência da coroa portuguesa abarcou múltiplos elementos da colonização – procurou povoar a região, organizou e fomentou atividades econômicas, organizou a defesa – o trabalho de pesquisa volta-se para um outro aspecto dessa intervenção. Nesse sentido, trata-se de investigar as políticas que ordenaram o delicado problema da organização da força de trabalho.

A partir da discussão dos mecanismos encontrados para enfrentar o problema da escassez da mão-de-obra indígena, o objetivo da comunicação é, portanto, o de explorar a maneira como foram pensados e implementadas alternativas – muitas vezes engendradas a partir de outras experiências coloniais –, que permitissem dar conta do “aumento” e “conservação” do Estado do Maranhão e Pará, num momento em que o seu desenvolvimento era fundamental para consolidar o domínio português sobre esse território.

O trabalho parte do princípio de que as experiências coloniais, embora imbricadas, tiveram que fazer frente às especificidades locais, engendradas no próprio desenvolvimento da sociedade e economias coloniais. Assim, a reflexão mais geral insiste na necessidade de construir modelos explicativos específicos para compreender as diversas formas de ocupar e conquistar as terras do ultramar. Se hoje o território então definido como Estado do Maranhão e Pará pertence ao Brasil, não era assim pensado no século XVII. Daí a necessidade de compreendê-lo não a partir dos modelos consagrados para explicar outras realidades americanas – notadamente, o da *plantation* açucareira –, mas sim a partir das formas que se engendraram (e às quais a Coroa procurou responder) na experiência específica (embora também heterogênea) de se ocupar socialmente aquele espaço.

A documentação utilizada para a pesquisa consiste fundamentalmente dos requerimentos e queixas de moradores e autoridades do Estado do Maranhão e Pará e das consultas a respeito deles feitas, principalmente no Conselho Ultramarino. Por outro lado, as cartas régias (no acervo do AHU, ou publicadas) permitem entender de que maneira a Coroa procurou atender e regular o problema do trabalho indígena, nos momentos de crise.